

O amadurecimento da crise

IGNACIO M. RANGEL

O amadurecimento da presente crise brasileira pode ser considerado um processo conclusivo, no sentido de que estão dadas, desde há algum tempo, as condições objetivas de superação. Quanto às chamadas condições subjetivas (basicamente políticas), embora ainda não completas, essas condições acham-se muito avançadas. Um incidente aparentemente irrelevante, com visível descompasso entre causa e efeito, pode desencadear a mudança.

O atraso no amadurecimento das condições subjetivas de superação da crise não deve causar espanto. É normal que se passe algum tempo antes que o processo da crise se torne consciente, suscitando mudanças fundamentais de atitude, do corpo social. Também não devemos imaginar que essa subjetividade não tenha fundamento objetivo. Por exemplo, a suspensão — ou a simples ameaça — da colaboração dos credores externos nesse jogo estéril de “rolamento” da dívida, que tem sido a ocupação quase exclusiva dos nossos ministros da área econômica, seria, na origem, um fato objetivo, mas capaz de criar internamente condições subjetivas, as condições que faltam, para a superação da crise. Com efeito, com outros, mas até com os mesmos ministros — o que seria difícil, mas não sem precedentes —, poderíamos passar a dar atenção séria ao problema que venho estudando como dialética da capacidade ociosa. As condições para o salto qualitativo estão criadas, e nada teremos a perder, exceto algumas ilusões.

Justifica o governo sua desastrosa política econômica atual — da qual a declarada falsificação dos indicadores de preços é mero incidente — com o fato de que outros países endividados estão fazendo o mesmo. Fazemos vista grossa para o fato de que tal política se revela uniformemente desastrosa em todos esses países — no Brasil, como no Chile ou na Guatemala. E fingimos não ver a “circunstância” de que o Brasil é o país mais dinâmico de todo o mundo capitalista e de que, por isso mesmo, dele

se devem esperar exemplos de ação eficaz e independente, para o Terceiro Mundo, nunca a subserviente imitação de pobres países, sem nossas condições de massa crítica e de dinamismo. É espantoso que nossos economistas — sem excluir os assessores da oposição — não vejam que, em condições singulares, mas óbvias, depois de criarmos um vigorosíssimo capitalismo industrial (que inclui um poderoso Departamento 1) ora condenado, pelo “dumping”, a índices muito graves de ociosidade, estamos na iminência de suscitar nosso próprio capitalismo financeiro, entrando no estágio supremo de desenvolvimento capitalista.

O “rolamento da dívida externa”, inclusive sob sua forma mais acabada, isto é, a sonhada moratória, apenas pode adiar o desfecho inevitável, agravando o problema, menos pelo crescimento da dívida em bola de neve, do que pela realimentação do “dumping” a que está submetida a economia. Porque, deixai que o repita, em sua forma mais condensada, nossa crise resulta do fato de nos estarmos endividando, no estrangeiro, para importar coisas que nossa indústria já pode suprir.

Parece indispensável que, a certa altura, nos vejamos “condenados” a buscar alternativas de suprimento de muijas dessas coisas. E então veremos que esse problema não somente admite soluções, mas que estas abrirão novos e insuspeitados horizontes para o nosso desenvolvimento. Por outras palavras, é mister compreender que o “rolamento da dívida” não somente se está tornando impraticável, como é indesejável, do nosso ponto de vista nacional, porque organiza o “dumping”.

Felizmente, o capitalismo mundial não tem condições para “rolar” indefinidamente uma dívida que se aproxima de US\$ 1 trilhão e, só a título de juros, exige mais de US\$ 100 bilhões por ano.

Ignacio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, “A inflação brasileira” e “Tecnologia — ciclo de crescimento”.